



ESTADO PORTUGUÊS
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIREÇÃO DE AQUISIÇÕES

PROGRAMA DO CONCURSO
CONCURSO PÚBLICO N.º A0136/2021

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição, por lotes, dos seguintes conjuntos de artigos:
 - a. **Lote 1** - Camisa Uniforme Combate SCS e Calça Uniforme Combate SCS de acordo com as Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos;
 - b. **Lote 2** – Calça Uniforme Guarnição ACU e Dolman Uniforme Guarnição ACU de acordo com as Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.
2. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências, determinados processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, deve ser entendida como meramente indicativa, para melhor compreensão do descrito, e admitindo sempre solução equivalente, nos termos da lei.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

Estado Português, Ministério da Defesa Nacional – Exército Português – Comando da Logística - Direção de Aquisições, Av. Infante Santo, n.º 49, 2.º Piso, 1350 Lisboa, Portugal.

Tel.: (+351) 21 3911968 / 21 3912029 / 21 3911970, Fax: (+351) 21 3911963 / 21 3911971.

E-mail: cmdlog.da@exercito.pt

Horário de Serviço: 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 17H00.

Artigo 3.º

Órgão competente para a decisão de contratar

O Tenente-General Quartel-Mestre General, ao abrigo da subdelegação de competências conferida por Despacho n.º 4883/2020 de S. Exa. o General Chefe de Estado-Maior do Exército, publicado em DR, II

série, n.º 80 de 23 de abril de 2020.

Artigo 4.º

Anúncio

O anúncio do presente procedimento é publicado na 2.ª Série do DR e no JOUE, sendo as peças do presente procedimento divulgadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP) Acingov, através do site www.acingov.pt

Artigo 5.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O Programa do Concurso e o Caderno de Encargos serão disponibilizados na Plataforma Electrónica e encontram-se disponíveis para consulta nos serviços da Direção de Aquisições (DA) do Comando da Logística do Exército, sita na morada referida no artigo 2.º, no horário 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 16h00, todos os dias úteis, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As peças do procedimento são consultadas através da PECP, de acordo com o referido no artigo 4.º.

Artigo 6.º

Concorrentes

1. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
2. Ao presente concurso podem apresentar-se concorrentes isoladamente ou em agrupamentos;
3. No caso de se apresentar a concurso um agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser acompanhada de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os actos no âmbito do presente concurso;
4. Cada uma das entidades que compõe o agrupamento deve apresentar os documentos que são exigidos para acompanhar as propostas;
5. Os membros de um agrupamento concorrente devem constituir-se juridicamente numa entidade única ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, quando lhe seja adjudicado o fornecimento tendo em vista a celebração do contrato.

Artigo 7.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é fixado ao abrigo do n.º 2 do artigo 74.º do CCP, ao abrigo do qual é estabelecido um preço fixo a pagar pela entidade adjudicante, recaindo a adjudicação do objeto do presente

procedimento sobre a proposta que proponha fornecer, por lote, o maior número extra de artigos (sendo sempre necessário fornecer pelo menos as quantidades mínimas constantes no caderno de encargos), obrigatoriamente distribuídos de forma proporcional pelos tamanhos gerados pelo ficheiro excel “Minuta da Proposta”. A distribuição proporcional é feita de forma automática pelo supracitado ficheiro, sendo esta distribuição vinculativa para os concorrentes.

2. As fórmulas aplicadas no ficheiro excel “Minuta da Proposta” são as seguintes:

a. **Qtd por tamanhos** =
$$\frac{\text{Qtd extra de artigos a fornecer} * \text{Qtd Mínima Obrigatória}}{\sum \text{Qtd Mínima Obrigatória}}$$

b. **Qtd por tamanhos (arredondamento)** = Qtd por tamanhos (arredondada por defeito)

c. **Acerto** = Qtd por tamanhos (arredondamento) - Qtd extra de artigos a fornecer

Legenda:

- **Qtd** – Quantidade;
- **Qtd Mínima Obrigatória** - corresponde à quantidade mínima de artigos que o Exército pretende para cada tamanho, e que os concorrentes têm obrigatoriamente que fornecer, sob pena de exclusão da sua proposta;
- $\sum$ **Qtd Mínima** – corresponde aos somatórios das quantidades mínimas daquela tipologia de artigo;
- **Qtd extra de artigos a fornecer** - corresponde à quantidade extra que o concorrente se propõe a fornecer (em adição à quantidade mínima exigida). Só serão aceites números inteiros não negativos (0, 1, 100, etc...) que devem ser inseridos no campo sublinhado a amarelo no ficheiro excel “Minuta da Proposta”;
- **Qtd por tamanhos (arredondamento)** – representa a distribuição obrigatória por tamanhos da quantidade de artigos que o concorrente deverá efetivamente fornecer em função do nº de artigos propostos, arredondada por defeito para a unidade imediatamente anterior (p.e. 1,58 é 1);
- **Acerto** – Valor diferencial entre o $\sum$ *Qtd por tamanhos (arredondamento)* e a *Qtd extra de artigos a fornecer*. Se o resultado for inferior a 0 (zero), esse montante (em positivo) deve ser acrescido no artigo com o maior valor na *Qtd Proposta por tamanhos*, a que corresponderá a célula sublinhada a verde no ficheiro excel “Minuta da Proposta”. Existindo 2 artigos de igual valor (sublinhado a verde), fica à consideração do concorrente a escolha do(s) tamanho(s) onde pretende colocar o valor do acerto;
- **Códigos** – Servem para identificar cada tipologia/tamanho das várias peças de fardamento a adquirir, correspondendo a cada uma um código específico identificado na minuta da proposta a preencher pelos concorrentes.

3. Em caso de empate entre as propostas apresentadas, a adjudicação recairá sobre a proposta que apresente um prazo de entrega mais curto;
4. Caso o empate subsista, ou quando o critério de desempate previsto no número anterior não seja passível de aplicação, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar na presença dos concorrentes que hajam apresentado as propostas que se encontrem empatadas, do qual será lavrada ata que será assinada por todos os presentes;
5. Na impossibilidade de comparência de um dos concorrentes pode o júri, antes da realização do sorteio e caso entenda que tal se ficou a dever a facto não imputável ao concorrente, marcar nova data para a realização do mesmo. A falta de comparência que não seja devidamente justificada, implica a realização de sorteio (caso subsistam pelo menos duas propostas em situação de empate) e a ordenação em último lugar do concorrente que não compareceu.
6. Não serão admitidas propostas que não respeitem as quantidades mínimas de artigos, para cada tamanho e previstas para cada lote.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a. O órgão competente para a decisão de contratar, ou, quando essa faculdade lhe tenha sido por aquele delegada, o Presidente do Júri do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia -se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender -se ao disposto no artigo 64.º do mesmo diploma legal.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante

e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º

Classificação de documentos da proposta

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo órgão competente para a decisão de contratar, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
4. Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve promover, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.
5. Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP ou no prazo fixado no programa do procedimento, o órgão competente para a decisão de contratar pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

Artigo 10.º

Exemplar dos artigos a adquirir

1. Encontram-se disponíveis para consulta exemplares dos artigos a adquirir no âmbito do presente Procedimento.
2. Os interessados podem dirigir-se à DIREÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTES (DMT), Av. Infante Santo, n.º 49, 3.º Piso, 1350 Lisboa, das 09H30 às 12H30 e das 14H00 às 16H30, devendo existir um contacto prévio, para efeitos de coordenação, com a Secção de Fardamento e Equipamento/Repartição de Reabastecimento e Transportes, através do telefone 21 391 2000 ou 21 391 1978;
3. Nas situações em que os exemplares dos artigos a adquirir possuam características técnicas distintas das constantes das Especificações Técnicas (ET 's) anexas ao Caderno de Encargos, **prevalecem sempre** os requisitos técnicos contidos naquelas ET 's.

SECÇÃO II

PROPOSTAS

Artigo 11.º

Apresentação de propostas

1. As propostas elaboradas nos termos do artigo 12.º são apresentadas directa e exclusivamente na plataforma electrónica, devendo ser aposta em cada um dos documentos que a constituem, assinatura electrónica qualificada, devendo ser submetida impreterivelmente, **até às 23h59 do quinquagésimo dia**, contado a partir da data da publicação do anúncio do concurso em Diário da República / JOUE.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante.
3. No caso previsto no número anterior, o invólucro é remetido por correio registado, endereçado para a morada referida no artigo 2.º, ou entregue em mão, acompanhado do Modelo 004 - comprovativo de entrega (disponível em <https://drive.google.com/open?id=1NbFbJMNP89HvkvhNSHI-YXk8zXSaC1II>), nas instalações da Repartição de Concursos e Contratos, sediada na mesma morada, devendo a sua receção ser efetuada na Direção de Aquisições até às 23h59 do último dia do prazo fixado para a apresentação das propostas;
4. Para além dos casos previstos nos artigos 7.º e 8.º, o prazo de apresentação das propostas pode ser prorrogado a pedido dos interessados, em casos devidamente fundamentados, por prazo considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

Artigo 12.º

Proposta variante

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 13.º

Elementos da proposta

1. Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe fazê-lo, observando estritamente o disposto nos números seguintes.
2. O concorrente deve obrigatoriamente apresentar os seguintes dados e elementos em formato tipo .pdf:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome> (para apoio no preenchimento, consultar: https://drive.google.com/file/d/1nv3PmrKG5e4KKIP31o9n_Omk32_hDxy2/view?usp=sharing);

- b. Minuta da proposta fornecida pela Entidade Adjudicante em formato Excel que deverá ser devidamente preenchida para as quantidades indicadas para cada lote, não necessitando esta de ser assinada digitalmente, disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1_OiCyzksU0Ra6wflVoQllialvJz7zSC/view?usp=sharing
Os concorrentes deverão igualmente gerar e submeter uma versão em pdf., assinada digitalmente, da Minuta da Proposta devidamente preenchida. Em caso de divergência entre as versões em Excel e pdf. deste documento, prevalecerá esta última.
 - c. Um protótipo de cada peça de fardamento que integre o(s) lote(s) para o(s) qual(is) os concorrentes entendam apresentar proposta. Os referidos protótipos deverão observar estritamente o disposto no artigo 14.º
3. O concorrente deve ainda especificar todos os aspectos que considere relevantes para a apreciação da proposta, preferencialmente através da indicação ou remissão para o documento comprovativo que ateste a sua conformidade com o Caderno de Encargos.
 4. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução autenticada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.
 5. Os preços expressos em € (euros) não devem incluir o IVA e são indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o indicado por extenso.
 6. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço apresentado acresce o IVA à taxa legal em vigor.
 7. Tendo em conta o critério de adjudicação fixado, para efeitos de preenchimento do valor da proposta na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, o valor total a indicar deverá sempre corresponder ao preço máximo fixado nas peças do procedimento.
 8. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a minuta referida na alínea b) do n.º 2 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes.
 9. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período mínimo de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele, nada requerer em contrário.
 10. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.
 11. Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas (proposta condicionada é toda aquela que fizer depender a sua validade de uma confirmação *a posteriori* de qualquer facto).
 12. Não é admitida a apresentação de propostas que imponham à entidade adjudicante obrigações consideradas desproporcionadas ou sem conexão material com o contrato.

Artigo 14.º**Protótipos**

1. Os concorrentes deverão entregar, na Direção de Aquisições – Av. Infante Santo, nº 49, 2º Piso, 1350 Lisboa, até à data limite para apresentação de proposta, **e sob pena de exclusão da mesma, um protótipo de cada tipo de peça de fardamento que integre o(s) lote(s) para o(s) quais(l) os concorrentes entendam apresentar proposta** (deverão fornecer tantos protótipos quantas as peças de fardamento que integrem o lote respetivo) conforme abaixo discriminado:
 - a. **LOTE 1**
 1. **Um protótipo da Camisa Uniforme Combate SCS (tamanho 104R)**, de acordo com a respectiva Especificação Técnica;
 2. **Um protótipo da Calça Uniforme Combate SCS (tamanho 88R)**, de acordo com a respectiva Especificação Técnica.
 - b. **LOTE 2**
 1. **Um protótipo da Calça Uniforme Guarnição ACU (tamanho 88R)**, de acordo com a respectiva Especificação Técnica;
 2. **Um protótipo do Dolman Uniforme Guarnição ACU (tamanho 104R)**, de acordo com a respectiva Especificação Técnica;
2. Os referidos protótipos deverão ser acompanhados por um certificado de **qualidade e cor** (relatório de ensaios) do **tecido principal** e da **malha** referente ao objeto de fornecimento, passado por laboratórios independentes dos concorrentes, que se encontrem devidamente acreditados pelo IAF (International Accreditation Fórum) ou pelo IPAC (Instituto Português de Acreditação), do qual deverão constar os resultados dos testes efetuados aos parâmetros indicados nas Tabelas de Ensaios da Especificação Técnica respetiva.
3. A totalidade dos testes a efetuar no âmbito do relatório de ensaios devem incidir sobre uma única amostra, não podendo ter data superior a 180 dias, antes da data de publicação em DRE do presente procedimento e tem de ser emitido em nome do concorrente e autenticado pelo laboratório, sob pena de exclusão das mesmas.
4. Nas situações em que o concorrente seja um Laboratório de Ensaios, os testes previstos no número anterior deverão ser elaborados por outro laboratório independente, devidamente credenciado pelas autoridades competentes, para avaliação qualitativa do cumprimento das Especificações Técnicas.
5. Os referidos protótipos deverão cumprir todos os requisitos constantes das ET's respetivas. No entanto, **apenas para efeito de elaboração dos protótipos**, será admitido que cada protótipo apresente 1 (um) incumprimento do “Grupo I” das Especificações Técnicas correspondentes, e até 5 (cinco) incumprimentos dos requisitos que integram o “Grupo II” das ET's (de cada ET) correspondentes, sendo que esses eventuais incumprimentos terão que ser obrigatoriamente retificados no

momento da entrega do **Set Size**, nos termos do **n.º 2 do artigo 24.º** do Caderno de Encargos.

6. Apenas será contabilizado um incumprimento, por requisito do Grupo II (por exemplo, caso os botões não cumpram as dimensões e a cor exigidas, apenas serão contabilizados como um incumprimento). No que respeita ao **Grupo I**, a tolerância de 1 incumprimento não será aplicável aos resultados dos testes a realizar no âmbito do relatório de ensaios que deverá acompanhar os protótipos.
7. Ainda relativamente às tolerâncias aplicáveis aos protótipos, importa referir que não serão contabilizados como incumprimentos, para efeitos do disposto nos números anteriores, **e apenas para efeito de elaboração dos protótipos**, os seguintes:
 - a. **“Tabelas de medidas”** - Uma vez que o adjudicatário terá que proceder à entrega de um size set, para efeitos de elaboração do protótipo, as medidas constantes das “Tabelas de medidas”, de cada Especificação Técnica deverão ser consideradas como sendo indicativas;
 - b. **Cores** – Também apenas para efeitos de elaboração dos protótipos, os concorrentes não se encontram obrigados a obedecer aos Pantones definidos para cada material, bastando que os mesmos sejam em tons de verde, castanho e bege. Não se incluíram neste ponto todos os materiais cuja cor tenha de ser comprovado no âmbito do relatório de ensaios a apresentar, nomeadamente o tecido base e a malha, que terão forçosamente de cumprir os pantones constantes do Caderno de Encargos.
 - c. **Tipos de costura e de pontos** - Também para efeitos de elaboração dos protótipos, os concorrentes não se encontram obrigados a obedecer ao requisito “Tipos de costura e de pontos” constantes das Especificações Técnicas das peças de fardamento.
8. Os protótipos dos artigos, deverão ser entregues num sobrescrito/embalagem fechada, em cujo rosto constará a indicação do código do procedimento a que se refere a identificação do concorrente, acompanhado pelo **Modelo 004 - comprovativo de entrega** (disponível em <https://drive.google.com/open?id=1NbFbJMNP89HvkvhNSHI-YXk8zXSaC1II>).
9. Os protótipos entregues pelo adjudicatário ficarão na pertença da Direção de Material e Transportes e ficarão à guarda desta até à entrega e aceitação definitiva de todo o fornecimento, podendo os mesmos ser destruídos no âmbito de testes ou análises que, entretanto, se considerem necessários efetuar. As amostras dos restantes concorrentes poderão ser levantadas na Direção de Material e Transportes Av. Infante Santo, n.º 49, 3.º Piso, 1350 Lisboa, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 16H30 até um ano após a adjudicação.

Artigo 15.º

Assinatura Eletrónica

1. Todos os documentos que integram as propostas têm que ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na pla-

taforma eletrónica, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com as exceções aí admitidas e aquelas que forem definidas no presente programa do concurso;

2. Os documentos que constituem as candidaturas e as propostas devem ser submetidos na plataforma eletrónica, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, após aposição da assinatura eletrónica nos termos do n.º 1;
3. Os documentos eletrónicos em padrão aberto, designadamente em *eXtensible Markup Language* (XML) e *Design Web Format* (DWF), são dispensados de aposição de assinatura eletrónica qualificada desde que sejam acompanhados por documento eletrónico com igual conteúdo em *Portable Document Format* (PDF), devidamente assinado nos termos do disposto no presente artigo que prevalecerá sobre os documentos em padrão aberto.

Artigo 16.º

Imperatividade

A não observância do disposto em qualquer um dos artigos anteriores, determina a exclusão das propostas, devendo, no entanto, o júri do procedimento solicitar aos concorrentes o suprimento das irregularidades da sua proposta ou candidatura causadas por preterição de formalidades para as quais a Lei não preveja expressamente a exclusão da proposta.

SECÇÃO III

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 17.º

Abertura e disponibilização das propostas na plataforma electrónica

1. No dia útil seguinte à data limite para entrega das propostas, o Júri procede à abertura das propostas.
2. A eventual alteração da data da abertura das propostas é comunicada aos interessados com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 18.º

Análise das propostas

1. Após a análise das propostas o Júri elabora o Relatório Preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas e/ou a sua exclusão, com a respectiva fundamentação, nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
2. Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri envia-o, através da PECP, a todos os concorrentes para, querendo, se pronunciarem, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia;

3. Cumprido o disposto no número anterior, o Júri elabora o Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor das conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas e/ou alteração de ordenação destas, caso em que este, procederá a nova audiência prévia e à realização do subsequente Relatório Final.

Artigo 19.º

Adjudicação

O objeto do presente procedimento será adjudicado à proposta que, uma vez aplicado o critério de adjudicação, seja classificada em primeiro lugar, e que, não tendo sido excluída por violação de qualquer das disposições constantes no Programa do Concurso e do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, cumpra todos os requisitos exigidos no Caderno de Encargos.

Artigo 20.º

Notificação da adjudicação

1. A decisão de adjudicação será notificada, através da PECP, a todos os concorrentes, acompanhada do respectivo Relatório Final.
2. Com a adjudicação deve considerar-se o adjudicatário igualmente notificado para:
 - a. Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos previstos no artigo 22.º para efeitos de habilitação prevista nos artigos 81.º a 85.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
 - b. Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação do potencial subcontratado, nas situações em que o adjudicatário pretenda recorrer à subcontratação;
 - c. Aprovar a minuta do contrato;
 - d. Confirmar, no prazo de 10 (dez) dias, os eventuais compromissos assumidos por outras entidades ou fornecedores, relativos a elementos, atributos, prazos, termos ou condições da proposta.

Artigo 21.º

Causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar

1. Não há lugar à adjudicação quando ocorra alguma das situações previstas nas alíneas a) a g) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
2. Caso ocorra a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão e dos respectivos fundamentos, bem como das medidas a adotar subsequentemente;
3. A decisão de não adjudicação nos termos dos números anteriores, determina a revogação da decisão

de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;

4. Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 167.º do CPA, não haverá igualmente lugar à adjudicação, originando igualmente a revogação da decisão de contratar, quando, por força da obrigatoriedade do cumprimento de quaisquer disposições legais ou regulamentares, nomeadamente relacionadas com limitações relativas à realização de despesa por parte da Entidade Adjudicante, a mesma se vir impossibilitada de celebrar o contrato.

Artigo 22.º

Caducidade da adjudicação

1. Sem prejuízo das causas de caducidade da adjudicação já expressamente previstas no Programa do Concurso, no Código dos Contratos Públicos, ou resultantes de outra legislação aplicável, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste;
2. Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas no número anterior respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente;
3. O adjudicatário deve indemnizar a entidade adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

SECÇÃO IV

HABILITAÇÃO

Artigo 23.º

Documentos de habilitação

1. Para a celebração do contrato, o adjudicatário deve obrigatoriamente apresentar à entidade adjudicante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, através da PECP, a seguinte documentação:
 - a. Declaração emitida conforme o Modelo 010 disponível em <https://drive.google.com/open?id=1CSD-seUx5dKf-q1EZApTXeDllo6kH4rv>;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º;
 - c. Certidão do Registo Comercial de constituição e das alterações do pacto social.
2. Na eventualidade de o adjudicatário ser um agrupamento de empresas, deverão ser submetidos os documentos referidos no n.º anterior relativos a cada um dos membros do consórcio adjudicatário, bem como o respetivo contrato constitutivo de consórcio;
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal

não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito;

4. Se o concorrente tiver proposto a subcontratação parcial do fornecimento, a entidade subcontratada deve igualmente apresentar os documentos exigidos nos números anteriores.

Artigo 24.º

Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que seja imputável ao adjudicatário, este não apresentar todos os documentos de habilitação:
 - a. No prazo fixado no corpo do n.º 1 do artigo anterior;
 - b. No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual;
 - c. Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Quando se verifiquem as situações previstas no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia;
3. Se, em função das razões invocadas, se apurar que a ocorrência das situações previstas no n.º 1 se ficou a dever a facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concede um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação;
4. Sempre que se verifique qualquer outra irregularidade relativamente aos documentos de habilitação submetidos e que careça de suprimento, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, em prazo não superior a 3 (três) dias úteis, proceder ao respetivo suprimento, sob pena de caducidade da adjudicação, observado o disposto nos números anteriores;
5. Perante a caducidade da adjudicação, com os fundamentos previstos no presente artigo, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente;
6. Caso tenha sido apresentada apenas uma proposta, ou todas as restantes propostas tenham sido excluídas, a caducidade da adjudicação prevista na alínea anterior determina igualmente a revogação da decisão de contratar.

SECÇÃO V**CAUÇÃO****Artigo 25.º****Caução para garantir o cumprimento de obrigações**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA se o valor da proposta adjudicada for igual ou superior a € 200.000,00;
2. Na eventualidade de ser adjudicado mais de um lote a um mesmo adjudicatário, este poderá apresentar uma única caução de valor correspondente a 5% da soma da totalidade dos lotes a si adjudicados para os quais a apresentação de caução seja obrigatória em razão do valor contratual referido no número anterior.
3. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, em caso de incumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário, e na proporção do incumprimento verificado.

Artigo 26.º**Modo de prestação da caução**

1. O adjudicatário deve prestar caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente;
2. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução;
3. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada no programa do procedimento, devendo ser especificado o fim a que se destina;
4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90 /prct. dessa média;
5. Conforme a modalidade de prestação de caução adotada pelo adjudicatário, este deverá preencher, e entregar, o documento modelo, devidamente preenchido: “*Modelo 007 - Caução por depósito em dinheiro*” disponível em <https://drive.google.com/open?id=1kYQ4w7NkWKRoMXbSLtrw2gEp9IzykXHz>,

“Modelo 008 – Caução por garantia bancária” disponível em <https://drive.google.com/open?id=1g8wS3sh20ciANoeaalkR6JenK4idw6Wx> ou “Modelo 009 - Seguro-Caução” disponível em <https://drive.google.com/open?id=1VPzBO2JtETMlv-UVd5ejaL6bVjKZXLP2>, consoante a modalidade adotada;

6. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita;
7. Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento das obrigações;
8. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução;
9. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 27.º

Não prestação da caução

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos no artigo anterior, a caução exigida.

SECÇÃO VI

CONTRATO

Artigo 28.º

Redução do contrato a escrito

1. Salvo nos casos previstos no artigo 95.º do CCP, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou suporte informático com a aposição de assinaturas electrónicas.
2. Será celebrado um contrato por adjudicatário, que combinará o conjunto de lotes que lhe sejam adjudicados.

Artigo 29.º**Aprovação e aceitação da minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é enviada para aceitação ao adjudicatário, após aprovação pelo órgão competente para a decisão de contratar, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação;
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação **nos 5 (cinco) dias** subsequentes à respectiva notificação.

Artigo 30.º**Reclamações da minuta**

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos;
2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação;
3. Os ajustamentos ao contrato propostos pelo adjudicatário, mas recusados, não serão inseridos no contrato a celebrar.

Artigo 31.º**Outorga do contrato**

1. A entidade adjudicante remete ao adjudicatário a versão final do contrato, em formato digital, o qual deverá ser assinado eletronicamente por representante do adjudicatário com poderes para vincular o mesmo, e remetido à Direção de Aquisições, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia útil seguinte ao da data de envio do contrato;
2. Caso não seja conveniente para o adjudicatário o recurso à assinatura digital, e dentro do prazo acima previsto, a adjudicatário deverá comunicar tal facto à entidade adjudicante, a qual indicará, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato;
3. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução (caso exista) que haja sido prestada, para além do direito à indemnização por todas as despesas e demais encargos com a elaboração da proposta e a prestação da caução;
4. Uma vez celebrado o contrato, e caso este esteja sujeito a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, os encargos com os respetivos emolumentos serão da inteira responsabilidade do adjudicatário.

SECÇÃO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32.º

Prevalência

Nos termos do artigo 51.º do mesmo diploma, as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças procedimento com elas desconformes.

Artigo 33.º

Legislação aplicável

Em tudo o não especificado no presente programa e caderno de encargos aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como todas as outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Direção de Aquisições em Lisboa, 24 de março de 2021

A Chefe da Repartição de Concursos e Contratos

(Assinado e arquivado no procedimento original)

Elisa Maria Fernandes Coimbra

Tenente-Coronel de Administração Militar